



## SERVIÇO SOCIAL, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E O DEBATE DA CONSCIÊNCIA

*Social service, professional ethical-political project and the debate of conscience*

**Tales Willyan Fornazier Moreira\***

### RESUMO

Este trabalho apresenta elementos que particularizam os fundamentos do Serviço Social no Brasil, em seu movimento histórico e teórico. Trata da aquisição de seu estatuto profissional no marco da era dos monopólios. Recupera o processo de constituição da direção social da profissão, sobremaneira a partir da década de 1990, após interlocução com a teoria marxista, destacando sua organização política. É neste período também que a profissão adquire maturidade intelectual, teórica e ético-política e avança em termos de construção de seu projeto profissional. A partir destes elementos, estabelecemos a interlocução com o debate da consciência com base nos postulados de Marx e Engels. Findamos as reflexões compreendo a importância deste debate para o Serviço Social e a necessidade de avançar nesta interlocução.

### PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Projeto Ético-Político; Organização política; Debate da consciência.

### ABSTRACT

This paper presents elements that particularize the foundations of Social Service in Brazil, in its historical and theoretical movement. It deals with the acquisition of their professional status within the framework of the monopoly era. It recovers the process of constitution of the social direction of the profession, especially since the 1990s, after interlocution with Marxist theory, highlighting its political organization. It is also in this period that the profession acquires intellectual, theoretical and ethical-political maturity and advances in terms of building its professional project. From these elements, we establish the interlocution with the debate of the conscience based on the postulates of Marx and Engels. We reflect on the importance of this debate for Social Service and the need to move forward in this dialogue.

### KEYWORDS

Social service; Ethical-Political Project; Political organization; Debate of Consciousness.

Submetido em: 2/4/2019.

Revisado em: 15/7/2019.

Aceito em: 16/9/2019.

---

\* Assistente Social. Especialista em Gestão em Serviço Social. Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Substituto da Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiás, Brasil). Praça Brasil Ramos Caiado, nº 35, Centro. Cidade de Goiás (GO), CEP: 76600-000. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0002-9191-7820>>. E-mail: <[taleswf@live.com](mailto:taleswf@live.com)>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n37p134-150



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**INTRODUÇÃO**

*“[...] o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo poder comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais.”  
(Marx; Engels, em A ideologia Alemã).*

**A** história do Serviço Social brasileiro vem sendo escrita há muitas mãos e há longas datas. Durante seus 80 anos de história, esta profissão vem engendrando movimentos de lutas e resistências coletivas e construindo novas bases de legitimação, cuja direção sociopolítica construída a partir da década de 1990, está assentada na tradição marxista e afirmada em valores emancipatórios, classistas e anticapitalistas.

Deste modo, importa-nos refletir acerca do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, em seu movimento histórico e teórico, bem como acerca de como se deu seu estatuto de profissionalidade no marco da era dos monopólios e a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho como expressão do trabalho coletivo.

Estabelecemos uma interlocução com o debate da consciência enquanto produto do mundo material, sendo que é este que a determina e não o contrário, tal como aludido por Marx & Engels (1999). Assim, considerando ser a consciência produto da realidade, para superação dos processos alienantes, é fundamental a luta pela construção de novas bases materiais de produção.

Recuperar aspectos da gênese e do desenvolvimento da profissão no Brasil, evidenciando seus marcos de fundamentação, e também como se engendrou seu processo histórico de construção de outras bases de legitimação da sua direção social, calcada na perspectiva crítico dialética de Marx, bem como estabelecer o diálogo com o debate da consciência enquanto produto da realidade social, nos convida à reflexão acerca da necessidade de superação da base material que produz e reproduz os processos de alienação que determinam as formas de consciência.

É neste compromisso que, nos limites do presente artigo, buscaremos explicitar esta relação entre Serviço Social, projeto profissional, organização política com o debate da consciência no sentido de fortalecer a luta pela construção de outra sociabilidade.

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: NOTAS REFLEXIVAS ACERCA DE SUA TRAJETÓRIA**

A gênese do Serviço Social no Brasil traz consigo elementos particularizados de uma herança conservadora, os quais evidenciam que suas protoformas foram essencialmente atreladas ao bojo da igreja católica, através de ações de caridade, e em articulação com o Estado e a burguesia.

É necessário, contudo, evidenciar que Netto (2001), aponta que a análise da constituição da profissão enquanto produto de continuidade do processo de “organização da filantropia”, da continuação de suas protoformas, expressa-se débil por apresentar uma visão mecanicista e, sobretudo, pela insuficiência em dar conta do debate central que diz respeito ao fundamento que legitima o estatuto de profissionalidade do Serviço Social.

Para Netto (2001), o que torna o Serviço Social profissão, não é seu conjunto de saber, mas antes, as respostas que dá na divisão social e técnica do trabalho.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma autorepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e de sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle [...] precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam (NETTO, 2001, p. 71-72, *grifos do autor*).

Deste modo, a garantia do estatuto de sua profissionalidade é condicionado às atividades de intervenção de seus agentes na realidade social. Assim, para se profissionalizar, o Serviço Social irá buscar a todo o momento a ruptura com suas protoformas, pois o fato da profissão se desenvolver, conquistar legitimidade na divisão social e técnica do trabalho, não significa que tenha rompido definitivamente com as protoformas que lhe originou.

Netto (2001) alude ser inegável que haja uma relação de continuidade entre a profissão e suas formas filantrópicas e assistenciais, pois:

[...] de um lado compreende um universo ideo-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo – ambos os veios cobrindo igualmente a assistência ‘organizada’ e o Serviço Social (NETTO, 2001, p. 70-71).

Por estes elementos e, por existir a igreja católica que enquanto instituição desempenha papel crucial nos dois âmbitos (Netto, 2001), tal marca da continuidade da profissão com suas protoformas, adquire caráter preponderante.

O autor supracitado menciona que as implicações de tal fato, afetam medularmente o Serviço Social e que escamotear essa realidade em nada contribui para a compreensão da profissão; mas elucida, contudo, que apesar de explicável, esta relação de continuidade não fornece as evidências para o entendimento da sua profissionalização.

De uma parte, ela se explica porque um novo agente profissional, no marco da reflexão sobre a sociedade ou da intervenção sobre os processos sociais, não se cria a partir do nada. A constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam. De outra, porque, na sequência, quando se conformam as referências e práticas próprias do novo agente, estas nem sempre implicam a supressão quer do *background* ideal, quer dos suportes institucional-organizativos anteriores, podendo conservá-los por largo tempo. No caso particular do Serviço Social, este processo ocorreu exemplarmente, de modo que a relação de continuidade manifestou-se com invulgar clareza, criando, para observadores pouco atentos, a ilusão de se estar verificando, das protoformas do Serviço Social à profissão, um mero desenvolvimento imanente (NETTO, 2001, p. 71).

Para não apreendermos tal processo sob uma perspectiva mecanicista e linear, é importante refletir acerca da pluralidade de perspectivas presente no âmago profissional, pois “[...] a relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma

*relação de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão” (NETTO, 2001, p. 71).

O pluralismo, princípio do Código de Ética do/a Assistente Social (1993), é existente na profissão desde seu processo de renovação. Destarte, longe de possuir uma homogeneidade, tal movimento se expressou, de acordo com Netto (2010), em três vertentes: vertente modernizadora, vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura. Tendências profissionais estas que estão vinculadas diretamente a projetos societários distintos e que, não obstante, disputam hegemonia dentro da profissão.

É importante ressaltar, com base em Netto (1999), que todo corpo profissional é um campo de tensão e luta e que mesmo dentro de um coletivo que objetiva e luta por um mesmo horizonte estratégico, isto não o isenta das disputas e contradições em seu interior. Assim, entendemos que a disputa de ideias está intrinsecamente ligada à questão do pluralismo, o qual está presente nos diversos tecidos da vida social.

O pluralismo está presente em todas nossas relações cotidianas, pois a relação com o diverso faz parte e compõe a totalidade social. Concordamos com Netto (1999) quando traz que “[...] o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado” (NETTO, 1999, p. 6) Precisamos entendê-lo enquanto um fenômeno da vida social, o qual perpassa todas as esferas da vida material. Todavia, o autor supracitado elucida que:

[...] este respeito não deve ser confundido com uma tolerância liberal para o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (NETTO, 1999, p. 6).

O respeito ao pluralismo não implica a ausência de debates, tampouco um processo de relativismo, mas antes, pressupõe um confronto de ideias respeitoso, em que através desta discussão com o diferente, também podemos afinar nossas verdades (COUTINHO, 1991).

Considerando, portanto, que no processo de profissionalização do Serviço Social a relação de continuidade coexiste com a relação de ruptura com suas protoformas, o que vai abrir a possibilidade histórica de empreender seu estatuto enquanto profissão é o fato de sua inserção no mercado de trabalho, sob a égide do assalariamento. Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (1995), uma profissão, portanto, “[...] configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 71).

É desta forma, pois, que o Serviço Social redireciona a condição de seus agentes, uma vez que estes passam a não precisar mais subordinar-se aos ditames das agências de caridade. São essas mudanças que possibilitam que o Serviço Social adquira um novo lugar no contexto da reprodução das relações sociais.

[...] o que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a *condição do agente e o significado social da sua ação*; o agente passa a inscrever-se numa *relação de assalariamento* e a significação social do seu

fazer passa a ter um sentido novo na malha da *reprodução* das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da força de trabalho) (NETTO, 2001, p. 72).

A profissão adquire um significado social intrinsecamente vinculada na trama da sociabilidade capitalista, pois passa a situar-se enquanto participe do processo de reprodução das relações sociais, ou seja, insere-se neste contexto contraditório das relações de classes (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995).

Ao mencionar que o Serviço Social situa-se enquanto profissão que participa do processo de reprodução das relações sociais, não se trata apenas de reprodução no campo da materialidade, mas sim,

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 72).

É por isso que a reprodução das relações sociais, precisa ser apreendida numa perspectiva de totalidade, num processo de reprodução da vida social, que incide no modo de reprodução da vida cotidiana, em todas as dimensões.

Sendo assim, é oportuno dizer que toda riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais (Marx; Engels, 1999), ou seja, que os indivíduos são reflexos de suas condições reais de vida e, portanto, das condições materiais de sua produção. Por isso, infere-nos dizer que as formas de consciência também estão conectadas e são determinadas pelo mundo material.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material (MARX; ENGELS, 1999, p. 36).

As formas de consciência se apresentam enquanto representação do mundo real, da materialidade, logo, não independem do ser social, mas sim, estão totalmente ligadas a ele – considerando este a forma pela qual os seres humanos se organizam em determinada sociabilidade.

Desta forma, ninguém pensa e vive como quer, pensa-se e vive-se a partir de um tempo histórico determinado, das relações sociais de produção e a partir do lugar que ocupa no processo produtivo, ou seja, da determinação de classe, visto que “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1999, p. 37).

O Serviço Social, enquanto produto sócio-histórico, que emerge no contexto da sociabilidade burguesa, mais precisamente na era dos monopólios para dar respostas às mais diversificadas expressões da questão social, está totalmente imbricado neste contexto contraditório. Constitui-se enquanto participe desse processo de reprodução das relações sociais, que compreende inserir-se no processo de reprodução da vida social, no modo pelo qual os homens se organizam, seus modos de vida.

É a demanda pelo atendimento a estas necessidades oriundas da contradição entre capital e trabalho, que justifica e necessita da existência da profissão e não o contrário. Deste modo, “[...] é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social” (NETTO, 2001, p. 73).

Infere-se, portanto e contraditoriamente, chamar atenção para três elementos: i) o Serviço Social é fruto da própria emergência e constituição da sociabilidade burguesa na ordem dos monopólios sendo, pois, um produto sócio-histórico; ii) apenas adquire seu estatuto de profissionalidade quando rompe com as protoformas que lhe originou e; iii) a profissão tem, na contemporaneidade, a partir da direção sociopolítica que construiu nas últimas décadas, o compromisso de contribuir com a destruição da base que a fundou e lhe sustenta: a sociedade capitalista.

Considerando o processo de maturidade ética, teórica e política que a profissão construiu historicamente, assentada na tradição marxista e na clareza sobre qual lado devemos estar na luta de classes, a direção social que o Serviço Social brasileiro expressa hegemonicamente nos dias de hoje, é um legado que deve ser preservado e fortalecido cotidianamente. Nas palavras de Mota (2016):

Este processo tem filiação teórico-metodológica com matriz marxiana e plasma uma direção ético-política cujo produto intelectual – mais do que uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão, possibilitando o surgimento de uma cultura e ideologia profissionais de esquerda que, dialeticamente, negam as investidas do já conhecido conservadorismo burguês (MOTA, 2016, p. 167).

É verdadeiro dizer, portanto, que a história do Serviço Social no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas e resistências na busca pela construção de bases de sustentação que contrapõem sua gênese.

A partir da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo, a categoria profissional, através da interlocução com a teoria marxista, compreende seu compromisso profissional com o conjunto mais geral da classe trabalhadora e que o trabalho profissional deve ser direcionado à construção de mediações que possibilitem apontar para a superação da ordem do capital.

Neste âmbito, é imprescindível entender o terreno contraditório em que a profissão está situada, pois responde tanto as demandas do capital quanto as do trabalho. Em outras palavras: é convocada pelo Estado burguês para dar respostas às diversas expressões da Questão Social e, nesta mesma atividade, também atende, contraditoriamente, aos interesses da classe trabalhadora. A profissão responde, deste modo,

[...] tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75, grifos dos autores).

É por isso que o trabalho profissional do/a Assistente Social é cotidianamente polarizado pelos interesses do capital e do trabalho. A compreensão deste elemento eminentemente contraditório, que funda a constituição da profissão no Brasil, é determinante para o estabelecimento de mediações que possibilitem apreender esses processos e criar estratégias para fortalecer a luta pelos interesses dos/as trabalhadores/as.

É com esta nitidez, com perspectiva de totalidade de análise da sociedade, com a compreensão crítica acerca das contradições estruturantes do modo de produção capitalista, que precisamos nos referenciar para compreender o lugar social que a profissão ocupa e qual nosso papel na luta de classes, haja vista que na luta de classes não há empate e nossa escolha é a resistência (cotidiana)!<sup>1</sup>

A partir desse “salto ontológico” da profissão, por compreender a necessidade de fortalecer a luta pelos interesses do conjunto mais geral dos/as trabalhadores/as, foi possível a edificação de um projeto coletivo para o Serviço Social – o qual denominamos de Ético-Político –, e cuja direção é muito nítida em defesa da construção de outra ordem societária, radicalmente oposta à do capital. Para Abramides (2006):

A origem do *Projeto Ético-Político Profissional*, concebido nos anos 90, e sua **direção sociopolítica** deitam raízes nas lutas da classe trabalhadora pelos seus interesses imediatos [...], acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos seus interesses históricos expressos nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista. (ABRAMIDES, 2006, p. 28, grifos da autora).

Tal projeto é fruto de um processo coletivo e histórico de lutas de todo conjunto de profissionais Assistentes Sociais no exercício da docência e no campo, bem como do segmento estudantil pela construção de hegemonia no interior da profissão e possui uma direção – a qual deve ser objeto de permanente defesa, uma vez que se trata de um legado do Serviço Social no Brasil.

Nesse sentido, todo o legado construído pelo Serviço Social nas últimas décadas, possibilitou que este conquistasse uma histórica e reconhecida legitimidade em diversos âmbitos, dentre os quais, acadêmico. É nesta direção que, para Mota (2016), o Serviço Social não é apenas uma profissão, mas expressa-se também, como uma área de produção do conhecimento, pois

Suas dimensões teórica, ideopolítica e intelectual são responsáveis por um acervo de conhecimentos e socialização de princípios e ideias que, ante o espraiamento

---

<sup>1</sup> Aqui fazemos alusão às campanhas do conjunto CFESS/CRESS ao dia do/a Assistente Social: no ano de 2017 intitulada *Na luta de classes não há empate!* e no ano de 2018, nomeada de *Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!*.

do pensamento pós-moderno, pragmático e conservador no âmbito das ciências sociais, apresenta-se como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico (MOTA, 2016, p. 173).

Essa concepção nos possibilita superar a compreensão reducionista da profissão apenas enquanto uma intervenção imediata na realidade, mas também enquanto uma intervenção mediata (MOTA, 2016). Destarte, abre possibilidades para um novo olhar à profissão e, não obstante, também a coloca em um lugar de maior reconhecimento e legitimidade acadêmica.

[...] enquanto produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, por sua vez, além de se fazer referenciar por essa produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de programas, políticas e projetos sociais (MOTA, 2016, p. 174).

Eis, pois, que não se trata de uma divisão entre *os que pensam* e *os que fazem*. O argumento sustentado por Mota (2016) é que existe uma unidade entre essas dimensões, mas isso não significa identidade, haja vista as distinções que se colocam entre o campo da formulação intelectual e o da atuação prático-operativa propriamente dita.

Nesse sentido, endosso a inexistência de hierarquias ou dicotomias na relação entre a produção de conhecimento e o exercício profissional. Desse modo, não forneço a ‘arma da crítica’ aos conservadores que alegam ser o pensamento crítico, de filiação marxiana, incompatível com os desígnios operativos do Serviço Social (MOTA, 2016, p. 174).

Nesta linha de argumentação, a autora alude ser um grande desacerto reduzir o Serviço Social apenas a uma condição de uma prática que objetiva intervir na realidade social, voltada segmentadamente à construção de sistematizações empíricas baseadas nos objetos de atuação. Tal evento condiciona, inquestionavelmente, a profissão à atualização da tese do sincretismo aludida por Netto (2001), enquanto uma prática indiferenciada.

Para Netto (2001), o sincretismo<sup>2</sup> se coloca enquanto elemento estruturante do desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão, sendo seu princípio constitutivo, e expressa-se nas diversas formas de manifestações da prática profissional, haja vista que esta supõe a manipulação de variáveis empíricas para sua legitimidade.

Nas palavras de Souza (2014):

A captação da estrutura sincrética do Serviço Social sincrética do Serviço Social diz respeito à compreensão da marca nativa de seu processo de gênese histórica e institucionalização. Por esse motivo, o Serviço Social, tomado como sistema sincrético, equivale à explicitação de um traço singular de sua profissionalização. A tese do sincretismo foi originalmente pensada para refletir a ossatura teórico-prática do Serviço Social das suas origens aos anos 1960 (SOUZA, 2014, p. 538).

Ainda que neste texto não seja abordadas com profundidade questões relacionadas ao debate do sincretismo do Serviço Social, importa-nos situar tais brevíssimos elementos

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento, ver Netto (2001).



para evidenciar a relação da profissão com a tese da estrutura sincrética, inaugurada por José Paulo Netto em sua obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*.

Por isso, de acordo com Mota (2016), não reconhecer o Serviço Social como área do conhecimento, bem como sua contribuição no campo ideológico e de formação crítica – dada toda sua trajetória de luta e resistência engendrada em solo brasileiro, calcada na tradição marxista que possibilitou legitimidade também no âmbito acadêmico – indubitavelmente leva à concepção de que a produção intelectual poder-se-ia, numa tendência mecanicista e de matriz positivista, ser aplicada direta e imediatamente na realidade.

Afora os desafios práticos operativos que se revelam, muitas vezes, sob formas de obstáculos e desalento profissional traduzidas nas precárias condições de trabalho profissional, impõe-se fortalecer o atual lugar que o Serviço Social ocupa no espectro político-profissional e, principalmente, na produção intelectual no campo das ciências sociais, sob pena de reproduzirmos as práticas empiricistas, sincréticas e imediatistas, confrontadas pelas vanguardas profissionais e cuja herança encontra adeptos, que apoiados em outras teorias, metodologias e ideologias, disputam projetos societários e profissionais (MOTA; AMARAL, 2014, p. 38).

Nesta direção, a história de luta, resistência, construção política e legitimidade acadêmica que o Serviço Social brasileiro vem construindo há longas datas e por muitas mãos, tem possibilitado a esta profissão engendrar movimentos coletivos assentados em valores que apontam para um projeto de sociabilidade que não seja o do capital. É assim que a direção social expressa no Projeto Ético-Político profissional se coloca como um legado que precisa ser defendido pelo conjunto de todos/as aqueles/as que acreditam nesta direção emancipatória da profissão.

## **PROJETO PROFISSIONAL, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E LUTAS SOCIAIS**

Para Netto (1999), a base estruturante desse Projeto Ético-Político (PEP) profissional se assenta no processo de recusa e crítica ao conservadorismo na profissão. Tal projeto também expressa uma direção de projeto societário a ser construído. Ou seja: um projeto profissional é também um projeto coletivo. Todo projeto coletivo aponta pra determinado projeto de sociedade, pois expressa uma concepção ideopolítica, uma vez que apresenta uma imagem de sociedade a ser construída. Os valores que determinados projetos carregam, podem apontar para “[...] a construção de uma nova ordem social, ou, num polo oposto, para a manutenção do modo de produção operante” (CAPUTI; FORNAZIER MOREIRA, 2016, p. 100).

Por isso, todo projeto profissional traz consigo suas características e valores, visto que, conforme aludido por Netto (1999), delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formula os pressupostos para o exercício profissional, estabelece a direção da relação com usuários/as e serviços, instituições, outras profissões, etc. Em outras palavras: todo projeto profissional espelha a perspectiva teórica, ética, ideológica e política de determinada profissão.

Em se tratando do PEP, a direção explicitada é muito nítida:

[...] ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 16).

Desta forma, evidencia qual a direção da luta que a profissão deve trilhar. É com base nesse horizonte estratégico que nos últimos anos, a categoria de Assistentes Sociais brasileiros/as tem construído, com base no legado marxiano, uma densidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que apreende com radicalidade o entendimento que nos remete à compreensão da necessidade da luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção.

Em concordância com Abramides (2006), entendemos que esta compreensão da direção social estratégica a ser buscada/construída permanentemente, nos convoca à luta pelo fim da exploração econômica, de qualquer opressão de classe, gênero, raça e etnia, o que exige atrelar necessariamente a luta anticapitalista à luta pela construção do socialismo.

Importante destacar, contudo, que ao mesmo tempo em que o/a Assistente Social está inserido/a nessa trama contraditória da sociabilidade burguesa enquanto profissão para o atendimento das necessidades dos/as usuários/as dos serviços – as quais são advindas das diversas expressões da questão social – tais profissionais também são indivíduos inseridos/as nesse modo de produção, cujas formas de ser de suas consciências também são socialmente determinadas pelo mundo material, pois “[...] a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 1999, p. 37).

Portanto, vale considerar que:

As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual (MARX; ENGELS, 1999, p. 72, *grifos dos autores*).

Em se tratando da sociabilidade burguesa, a qual além de se assentar e se fundar na exploração do trabalho e na propriedade privada, apresenta seu ápice de decadência ideológica e de putrefação social, produzindo cada vez mais miséria material e espiritual, a construção de outras bases materiais antagônicas às do capital, se coloca como imprescindível.

Considerando ser a consciência produto da realidade, que os indivíduos manifestam suas vidas tal como são, e que o que são depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 1999), a luta a ser travada pela destruição das bases materiais alienantes

e exploradoras do modo de produção do capital é fundamental para superação desses processos de alienação.

Ainda que a alienação só possa ser destruída em sua totalidade com a derrocada do capital, haja vista que sua centralidade está acoplada expropriação do trabalho assalariado, há potencialidades do tempo presente contidas na base material que possibilitam, teleologicamente, a reposição de ideias novas, no sentido da práxis.

Ou seja: ainda que as ideias e as formas de consciência sejam o reflexo da materialidade, aparecendo-se enquanto representação do mundo real, *nunca vemos a mesma coisa com os mesmos olhos*, pois o processo de reposição de ideias também é contínuo, acompanha o movimento do real.

É por essa razão que Iasi (2011) irá tratar da consciência enquanto um processo. Isto é: enquanto um movimento dialético que, com base no real, cada momento apresenta possibilidades de superação, permeando por novas formas e contradições, as quais podem apresentar saltos e recuos. Em suas palavras:

Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem condições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento expressa num processo que contém saltos e recuos. [...] Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de ‘não consciência’ (IASI, 2011, p. 11).

Essa perspectiva analítica, portanto, corrobora com a compreensão da consciência enquanto produto do mundo material e enquanto um processo que, justamente pela dinâmica da realidade social, não é linear, mecânico e estático. Assim, a consciência se movimenta apresentando elementos de fases superadas, retomando, em alguns momentos, as formas que abandonou (IASI, 2011).

Justamente com base nessa análise que ao pensar o Serviço Social é preciso compreendermos que, ainda que nossa profissão atenda ao capital, contribuindo com as ideias da classe dominante na trama da sociabilidade burguesa, tendo em vista que é fruto desta; e ainda que esteja inserida e se coloque nesse processo de reprodução das relações sociais, numa mesma atividade, tal como aponta Iamamoto e Carvalho (1995), podemos também atender aos interesses do trabalho.

Para tanto, a consciência de classe “para si” é fundamental, pois é a partir da nitidez do pertencimento ao conjunto dos/as trabalhadores/as e da necessidade da luta, que será possível fortalecer os interesses deste segmento.

Por esta razão, torna-se importante refletirmos acerca dos processos de *classe em si e classe para si*. Com base em Montaño e Duriguetto (2011), podemos compreender a classe em si enquanto a simples existência de uma classe, isto é, o segmento populacional que compõe determinado lugar no processo de produção, independente do nível de

consciência ou inserção no processo de luta. Inversamente, a classe para si é caracterizada não apenas pelo lugar que ocupa, mas, fundamentalmente, pela consciência de pertencimento e pela organização na luta pelos interesses de sua classe.

Como afirmamos, ‘em si’ e ‘para si’ representam duas dimensões, na constituição e na análise das classes sociais, e não um ‘antes e depois’ de uma suposta ‘tomada de consciência’. Condição social (classe em si) e organização para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes e, portanto, da nossa análise. Esta dupla dimensão da classe, ‘em si’ e ‘para si’, que em condições históricas pode coexistir num mesmo momento, em outras caracteriza uma *passagem*, levando-nos às seguintes determinações da classe: a ‘consciência’ e as ‘lutas’ de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98).

É preciso compreender que não é apenas o pertencimento a uma determinada classe social que, automaticamente, propiciará consciência ao sujeito do seu lugar na luta de classes, tendo em vista que a consciência não é dada pelo alto ou como num passe de mágicas, ela é um processo e também determinada pela realidade social. Assim,

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. **A mera vivência das pessoas sobre suas realidades sociais, determina um tipo de consciência, mas essa última pode se desenvolver de diversas formas e níveis**, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98, grifos nossos).

Por isso que não basta apenas pertencer a uma determinada classe é preciso ter consciência e ter nitidez de “qual lado” está na luta de classes. Não se trata de um processo simples, tampouco homogêneo. É um processo complexo, multifacetado e também suscetível a inúmeras contradições.

No caso do Serviço Social, obviamente que os/as profissionais não estão alheios/as a essa realidade. Contudo, considerando o legado de lutas e resistências da profissão na contramão do capital; seu Projeto profissional hegemônico construído assentado na tradição marxista e que aponta para a construção de uma sociabilidade radicalmente oposta à do capital; entendemos que o/a Assistente Social enquanto sujeito histórico e coletivo, inserido/a em lutas sociais mais amplas, pode ser um agente fundamental para contribuir nesse processo de construção de mediações de outro projeto de sociedade – logo, na construção de outras bases materiais que possibilitem novas formas de ser e pensar.

Isso poderá se concretizar com base num projeto de formação profissional denso, crítico, com rigor teórico-metodológico, ético-político, que compreenda e apresente o processo predatório e de selvageria do capital, possibilitando as bases conceituais e analíticas de compreensão não apenas do papel da profissão nessa trama contraditória, mas, sobretudo, da necessidade de nossa articulação com as lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as para superação dessa estrutura social eminentemente desigual. É importante destacar, portanto, que o projeto de formação profissional elaborado pela ABEPSS em 1996 propicia as condições para essa formação – a qual não se trata apenas de uma formação para o mercado de trabalho, mas para a vida social – e é exatamente por isso que precisamos defender cotidianamente este projeto.

Essa proposta de formação profissional, só foi possível ser construída a partir do momento que o Serviço Social se ancora no legado e tradição marxista, e constrói novas bases para sua legitimação no cenário brasileiro.

Vale ressaltar que o Projeto Ético-Político profissional (o qual dá sustentação para construção deste projeto de formação defendido) é calcado na ruptura com o conservadorismo na profissão, direcionado à superação do modo de produção capitalista e possui algumas características centrais, a saber:

a) a perspectiva de análise sob angulação da totalidade da vida social; b) a compreensão da profissão na divisão sociotécnica do trabalho; c) o significado social da profissão no processo de reprodução da força de trabalho; d) o legado marxiano e a tradição marxista como referenciais teóricos de análise, interpretação e transformação radical da sociedade de classes e que conformam a **direção sociopolítica** do projeto profissional (ABRAMIDES, 2006, p. 118, grifos da autora).

Eis, pois, que tais elementos se colocam como basilares para a profissão construir bases de legitimação, ancoradas numa direção sociopolítica que também confere a um projeto de sociedade, antagônico ao do capital. Isto é: uma sociedade livre, emancipada e fraterna.

Neste sentido é que a dimensão político-organizativa do projeto profissional adquire lugar de grande importância no âmago profissional. De acordo com Teixeira e Braz (2009), um dos elementos que garantem a materialidade do PEP é esta dimensão. Na compreensão dos/as autores, há os componentes que objetivam os elementos constitutivos do projeto: i) produção do conhecimento no interior do Serviço social; ii) as instâncias político-organizativas da profissão; e iii) a dimensão jurídico-política.

A despeito das instâncias político-organizativas, estas referem-se aos fóruns de deliberação das entidades que compõe a profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), bem como associações profissionais, organizações sindicais. São nestes espaços político-organizativos que “[...] são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8).

Essa dimensão é fundamental e determinante para garantir (ou não) a continuidade da direção sócio-política (ABRAMIDES, 2006) construída nas últimas décadas pelo Serviço Social brasileiro. E, não obstante, fortalecer outras lutas mais gerais da classe trabalhadora na construção de referências contra-hegemônicas ao capital, uma vez que:

[...] a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais (YAZBEK, 2014, p. 686).

Neste contexto de barbárie, o cotidiano profissional nos convoca cotidianamente ao fortalecimento ético e político-organizativo, para que não caiamos numa condição de descrença das possibilidades profissionais. Se faz *myster* a organização nos espaços

institucionais, bem como nas entidades da profissão, desenvolvendo ações de resistência, construindo alternativas para a formação e o exercício profissional, mas, sobretudo, a organização em espaços para além da profissão, como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que tem, também como horizonte estratégico, a construção de outra sociabilidade.

A necessidade de fortalecer a luta política, não só no âmbito das entidades da profissão, mas, sobretudo, em outros setores de esquerda, é tarefa imperativa de todos/as que lutam por outra ordem social. Considerando que a classe dominante constrói relações materiais dominantes, as quais tornam-se as ideias dominantes (MARX; ENGELS, 1999), estas precisam ser bravamente combatidas, pois:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 1999, p. 72).

Tendo em vista que temos um projeto emancipatório de profissão e que aponta para um projeto societário, o que nos compete é refletir acerca de como nosso projeto de profissão se vincula a este projeto societário antagônico ao do capital e construir mediações para seu fortalecimento, bem como sobre a necessidade da organização política e coletiva da categoria, por esta ser uma das dimensões constituintes do PEP. Nesse sentido,

*A **direção sociopolítica** estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar pela consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista no interior do **processo de ruptura profissional** com o conservadorismo (ABRAMIDES, 2006, p. 32, grifos da autora).*

Por isso, a articulação da categoria com o conjunto de lutas sociais que se colocam na contramão do capital e que tenham como horizonte estratégico a construção de uma ordem socialista, é imperioso.

Entendemos que, mais que nunca, falarmos acerca da necessidade dessa organização política para o Serviço Social é fundamental, pois vivenciamos tempos particularmente adversos. O atual governo de Jair Bolsonaro enquanto representação da extrema direita apresenta um novo contexto para a luta de classes no Brasil. Esse atual presidente não só vem intensificando ainda mais o “pacote de desmandos” proposto pelo governo de Temer, cortando ainda mais na carne do/a trabalhador/a, como representando uma grande ameaça para todas as conquistas democráticas do país.

Os discursos de ódio de Bolsonaro contra a população negra, LGBT, mulheres, indígenas etc, ferem diretamente os direitos humanos e os princípios básicos de uma sociedade democrática (mesmo que nos limites da democracia burguesa). Bolsonaro e suas defesas

são a representação concreta do irracionalismo, da bestialização desmedida e da putrefação e decadência ideológica. Posições estas que ganham ressonância no âmbito da vida cotidiana e que nos convoca, neste atual contexto, (re)criar estratégias e novas mediações, bem como unidade no diverso, para que consigamos avançar na manutenção e defesa das liberdades e conquistas democráticas, sem perder de vista o horizonte estratégico de superação da ordem do capital.

Desta forma, o Serviço Social está absolutamente imbricado nesse contexto, devendo contribuir com o fortalecimento das lutas mais gerais da classe trabalhadora, pois é justamente nesse lado da luta de classes que seu projeto profissional hegemônico se insere. Portanto, o debate de consciência e, conseqüentemente, a construção da necessidade de organização política tornam-se fundamentais para reverter esse quadro de barbárie que estamos vivendo!

## REFLEXÕES FINAIS

*“A existência de ideias revolucionárias numa determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária”  
(Marx; Engels, em A Ideologia Alemã)*

Como aludido no decorrer do texto, a história do Serviço Social brasileiro é uma história de lutas, resistências, rebeldia e ousadia na direção de construção de novas bases de legitimação para a profissão. Tal direção, só foi possível se consolidar pelo movimento e protagonismo coletivo de todos sujeitos envolvidos na busca incessante de outras referências para o Serviço Social. O grande “salto ontológico” da profissão, no Brasil, foi a interlocução com a teoria marxista, a partir da década de 1980 e sua maturação na década seguinte. A partir dessa aproximação, foi-se construindo coletivamente as bases desta direção hegemônica do PEP, que se estrutura na negação e recusa do conservadorismo (NETTO, 1999).

Ainda que a profissão tenha alcançado seu estatuto de profissionalidade no bojo das tramas contraditórias da sociedade capitalista, que incida diretamente no âmbito da reprodução das relações sociais e que, numa mesma atividade, atende tanto os interesses do trabalho quanto aos do capital, a trajetória de lutas do Serviço Social brasileiro, sua maturidade teórica, política, ética possibilita que os/as profissionais tenham condições de apreender os processos contraditórios do modo de produção operante e a nitidez necessária para seguir trilhando sonhos e caminhos possíveis, desbravando horizontes e superando coletivamente os desafios.

Considerando que as formas de consciência espelham as condições materiais do mundo real, sendo que é a vida material que a determina e não o contrário (MARX; ENGELS, 1999), ratifica-se a necessidade da luta coletiva na direção de destruição do capital, para superação de suas misérias materiais e espirituais. Para tanto, destacamos a necessidade de avançarmos no debate da consciência no âmbito do Serviço Social, sobremaneira em tempos tão desafiadores que nos convocam à luta e resistência cotidianas contra a barbárie.

## Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro** – Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- CAPUTI, L.; FORNAZIER MOREIRA, T. W. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 32, p. 97-121, jul/dez. 2016.
- COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 4, 1991.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de um interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1995.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo, Expressão Popular: 2011.
- MARX, K. H.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. Biblioteca básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: \_\_\_\_\_ (org). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 23-43.
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: OLIVEIRA e SILVA (org). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e de lutas contra o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-182.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social**, Lisboa, 1999. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.
- NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOUZA, J. M. A. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 119, p. 531-559, jul/set. 2014.
- TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF), 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.



YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n.120, p. 677-693, 2014.

---

**Tales Willyan Fornazier Moreira**

Assistente Social. Especialista em Gestão em Serviço Social. Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Substituto da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Goiás. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

---